

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедина.net · editora@almедина.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

saíram as diversas componentes do movimento operário. Iniciativas idênticas surgiram ainda na Idade Média, quer ligadas a atividades religiosas, quer exprimindo vínculos corporativos ou solidariedades rurais.

Em Portugal, há também uma tradição pluricentenária de auxílio mútuo de cariz essencialmente religioso. Mas o grande surto do associativismo mutualista laico ocorreu durante o século XIX. Atingiu o seu apogeu na segunda década do século XX e retraiu-se durante o salazarismo, refletindo quer a hostilidade política do poder, quer a implantação de um seguro social obrigatório. Hoje, as associações mutualistas são instituições particulares de solidariedade social (IPSS). No plano jurídico-constitucional, integram a vertente solidária do setor cooperativo e social, todas elas fazendo parte da economia social. Também na União Europeia é reconhecida a importância socioeconómica do mutualismo no quadro da economia social, cuja lógica subalterna num contexto capitalista não a inibe de ser um foco de resistência à ideologia dominante.

Os fins fundamentais das entidades mutualistas são a concessão de benefícios de segurança social e de saúde aos seus associados. Daí a íntima relação entre o desenvolvimento dos sistemas públicos de proteção social nestes campos, expressões centrais do Estado-Providência, e a perda de importância relativa do associativismo mutualista. Entre os princípios mutualistas, destacam-se: a adesão livre e voluntária, a democraticidade, o fomento da formação e do mutualismo, a igualdade de géneros e a intercooperação. Exprimindo-os globalmente, o mutualismo dá vida a uma solidariedade emancipatória e democrática, vocacionada para enfrentar alguns problemas das sociedades atuais, de modo a contribuir para que eles se não reproduzam.

Rui Namorado

Neoconservador

O conceito surgiu nos Estados Unidos no início dos anos setenta do século passado, para designar a resposta ultraconservadora às posições da política interna, moderadamente progressista, da *Great Society* do Presidente Lyndon Johnson. O objectivo da Sociedade Ampla de Johnson era eliminar a pobreza e minorar as desigualdades raciais. Alguns ideólogos americanos, autodesignados neoconservadores e mais tarde pejorativamente apelidados de *neocons*, tendo inicialmente apoiado estes ideais (direitos cívicos,

integração racial, Martin Luther King, Jr.), não tardaram a sentir-se ameaçados pelas suas implicações igualitárias e, sobretudo, pela radicalização dos afro-americanos (*Black Power*).

Em pleno contexto de Guerra Fria, estes *neocons* convenceram-se de que era necessário reinventar o destino que reiteravam excepcional da nação americana numa política externa agressiva. Esta preocupação viria a acentuar-se durante as presidências de George H. Bush, Bill Clinton e George W. Bush. E continuou com Barak Obama, que tem dado continuidade ao belicismo imperialista que sempre definiu os Estados Unidos.

Depois do colapso da União Soviética, o objectivo dos *neocons* passou a ser aumentar a hegemonia e o poderio dos Estados Unidos como a única potência mundial, e alargar e consolidar um novo imperialismo americano. O programa político dos *neocons* para reinventar o excepcionalismo americano assenta em dois imperativos, e tem tido a conviência dos grandes meios de comunicação social: a necessidade de defender a todo o custo, de supostos iminentes ataques “terroristas”, os Estados Unidos, essa dita salvaguarda última do “mundo livre”; e a liberalização dos mercados financeiros para continuar a garantir o dólar, contra o euro, como moeda da globalização. E assim se chegou ao paradoxo de esta nação “excepcional” ter uma dívida soberana que ameaça incumprimento, ao mesmo tempo que controla os destinos do resto do mundo.

Maria Irene Ramalho

Nota: A pedido da autora, esta entrada mantém a grafia anterior ao novo acordo ortográfico.

Neoliberalismo

Não passaria de um *slogan* usado por anticapitalistas ou de uma tentativa para regressar ao virtuoso capitalismo *laissez-faire*. Assim desaparecem os traços distintivos de um feixe de ideias que se desenvolveu a partir dos anos trinta do século XX, quando o termo é cunhado, e que encontrou nos anos setenta a oportunidade para uma continuada hegemonia

Deve ser entendido como um projeto que busca encontrar soluções, com um grau mínimo de aceitação social que, em democracias de alcance tanto quanto possível limitado, ou mesmo em regimes autoritários ditos de exceção, permitam subordinar a atuação dos governos à promoção de engenharias políticas mercantis em áreas crescentes da ampla vida social. Política, moralidade ou direito são vistos de forma instrumental, num projeto